



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30/06/2017 e 30/06/2016

BALANÇO PATRIMONIAL

A T I V O

Em Reais

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Ativo Circulante	213.721.872,99	169.888.280,01
Disponibilidades	2.057.255,64	2.188.766,71
Disponibilidades	2.057.255,64	2.188.766,71
Títulos e Valores Mobiliários	53.842.786,41	63.728.153,55
Certificado de Depósito Bancário	50.703.084,45	63.728.153,55
Títulos dados em Garantia - Outros	3.139.701,96	0,00
Relações Interfinanceiras	56.613.923,44	7.637.955,41
Correspondente no País	31.340,75	22.663,21
Centralização Financeira - Cooperativas	56.582.582,69	7.615.292,30
Operações de Crédito	98.941.220,28	95.470.505,79
Operações de Crédito	107.824.005,30	101.699.963,04
(-) Provisão Operações Crédito Liquidação Duvidosa	(8.882.785,02)	(6.229.457,25)
Outros Créditos	1.329.810,86	537.673,41
Avais e Fianças Honrados	58.220,67	0,00
Rendas à Receber	728.757,90	185.982,45
Diversos	789.209,03	562.174,98
(-) Provisão Outros Crédito Liquidação Duvidosa	(246.376,74)	(210.484,02)
Outros Valores e Bens	936.876,36	325.225,14
Outros Valores e Bens	755.730,97	238.661,97
(-) Provisão para Desvalorização	(22.866,60)	(22.866,60)
Despesas Antecipadas	204.011,99	109.429,77
Ativo Não Circulante	94.252.546,48	106.274.182,25
Realizável à Longo Prazo	75.251.581,04	88.629.845,50
Títulos e Valores Mobiliários	19.981.334,33	31.963.783,91
Certificado de Depósito Bancário	17.748.517,43	31.963.783,91
Títulos dados em Garantia - Outros	2.232.816,90	0,00
Operações de Crédito	54.265.836,93	55.725.586,48
Operações de Crédito	54.265.836,93	55.725.586,48
Outros Créditos	1.004.409,78	940.475,11
Diversos	1.004.409,78	940.475,11
Investimentos	6.400.348,33	6.013.136,90
No País	782.934,75	553.700,50
Outros Investimentos	5.617.413,58	5.459.436,40
Imobilizações em Curso	0,00	7.825.503,77
Imóveis	0,00	7.825.503,77
Imobilizado de Uso	12.600.617,11	3.805.696,08
Imóveis de uso	9.267.341,01	1.402.266,43
Outras Imobilizações de Uso	6.118.698,94	4.640.968,22
(-) Depreciações Acumuladas	(2.785.422,84)	(2.237.538,57)
Total do Ativo:	307.974.419,47	276.162.462,26



BALANÇO PATRIMONIAL

PASSIVO

Em Reais

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Passivo Circulante	252.475.420,67	232.067.144,23
Depósitos	209.988.079,58	185.445.379,93
Depósitos a Vista	47.204.021,58	34.335.459,23
Depósitos a Prazo	162.784.058,00	151.109.920,70
Obrigações por Emissão Letras Crédito Agronegócio	4.121.188,26	0,00
Obrigações por Emissão - LCA- Pós - Fixada	4.121.188,26	0,00
Relações Interfinanceiras	24.171.799,67	38.371.556,44
Repasse interfinanceiros	24.171.064,90	38.370.763,56
Correspondente no País	734,77	802,88
Relações Interdependências	108,35	103,83
Recursos em Trânsito de Terceiros	108,35	103,83
Obrigações Por Empréstimos e Repasses	10.122.794,61	4.739.322,28
Obrigações por Empréstimos no País	10.122.794,61	4.739.322,28
Outras Obrigações	4.071.450,20	3.510.781,75
Cobrança E Arrecadação De Tributos e Assemelhados	103.455,98	46.657,29
Sociais e Estatutárias	1.113.221,44	909.363,73
Fiscais e Previdenciárias	506.891,36	298.749,66
Diversas	2.347.881,42	2.256.011,07
Passivo Não Circulante	3.773.237,37	3.102.174,81
Relações Interfinanceiras	2.768.827,59	2.161.699,70
Repasse interfinanceiros	2.768.827,59	2.161.699,70
Outras Obrigações	1.004.409,78	940.475,11
Diversas	1.004.409,78	940.475,11
Patrimônio Líquido	51.725.761,43	40.993.133,22
Capital Social	37.128.063,90	30.395.381,25
Cotas - País	37.141.941,12	30.405.457,75
(Capital a Realizar)	(13.877,22)	(10.076,50)
Reservas de Lucros	9.277.684,74	6.777.209,12
Reserva Legal	4.474.944,07	3.224.706,26
Fundo de Estabilidade Financeira (FEF)	4.802.740,67	3.552.502,86
Sobras do Período	5.320.012,79	3.820.542,85
Sobras do 1º Semestre	5.320.012,79	3.820.542,85
Total do Passivo:	307.974.419,47	276.162.462,26



DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS

Descrição	Em Reais	
	30/06/2017	30/06/2016
1. Receitas de Intermediação Financeira	23.166.145,46	21.100.472,00
(+) Rendas Operações de Crédito	19.621.269,90	16.808.688,08
(+) Resultado Operações Títulos Valores Mobiliários	3.544.875,56	4.290.399,72
2. Despesas de Intermediação Financeiras	(12.495.485,86)	(11.757.171,84)
(-) Operações de Captação no Mercado	(7.835.901,70)	(7.910.973,44)
(-) Operações de Empréstimo e Repasse	(2.066.462,38)	(1.698.763,06)
(-) Provisão de Credito de liquidação Duvidosa	(2.593.121,78)	(2.147.435,34)
3. Resultado Bruto da Intermediação Financ. (1-2)	10.670.659,60	9.343.300,16
4. Outras Receitas / Despesas Operacionais	(5.272.779,25)	(5.347.883,97)
(+) Receitas de Prestação de Serviços	1.060.675,96	1.120.283,76
(+) Rendas de Tarifas Bancárias	2.352.904,35	1.726.696,24
(+) Outras Receitas Operacionais	2.402.677,08	697.099,49
(-) Despesas de Pessoal	(5.048.409,77)	(3.925.678,53)
(-) Outras Despesas Administrativas	(5.339.757,67)	(4.260.156,44)
(-) Despesas Tributárias	(158.547,30)	(98.134,34)
(-) Outras Despesas Operacionais	(542.321,90)	(607.994,15)
5. Resultado Operacional (3-4)	5.397.880,35	3.995.416,19
6. Outros Resultados	79.387,23	(101.103,32)
7. Resultado Antes da Tributação Sobre Lucro (5-6)	5.477.267,58	3.894.312,87
Resultado com Associados	5.072.388,08	3.685.624,80
Resultado com Não Associados	404.879,50	208.688,07
8. Imposto De Renda e Contribuição Social	(157.254,79)	(73.770,02)
Provisão para Imposto de renda	(88.425,28)	(31.076,99)
Provisão para Contribuição Social	(68.829,51)	(42.693,03)
9. Resultado Depois da Tributação Sobre Lucro (7+8)	5.320.012,79	3.820.542,85
Resultado com Associados	5.072.388,08	3.685.624,80
Resultado com Não Associados	247.624,71	134.918,05
10. Remuneração sobre Capital Próprio	0,00	0,00
11. Sobras Líquidas do Período (10)	5.320.012,79	3.820.542,85



DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Descrição	Em Reais	
	30/06/2017	30/06/2016
1 - Sobras Líquidas Antes da Tributação e Destinação	7.659.248,95	6.520.725,79
Resultado do Exercício 2º Semestre do Ano Anterior	2.181.981,37	2.626.412,92
Resultado do Exercício 1º Semestre Ano Corrente	5.477.267,58	3.894.312,87
2 - Ajuste Por	34.727.956,91	25.815.651,35
Depreciação / Amortização	596.709,34	383.864,39
(Aumento) ou Diminuição das Aplicações Interfinanceiras	0,00	0,00
(Aumento) ou Diminuição dos Tit. e Valores Mobil. Acima 90 Dias	22.773.675,52	(25.920.219,85)
(Aumento) ou Diminuição das Operações de Créditos	(2.010.964,94)	(38.430.973,43)
(Aumento) ou Diminuição das Outros Créditos	(856.072,12)	(196.359,11)
(Aumento) ou Diminuição dos Outros Valores e Bens	(611.651,22)	(127.210,83)
(Diminuição) ou Aumento em Depósitos	28.663.887,91	51.939.116,06
(Diminuição) ou Aumento em Relações Interfinanceiras	(13.592.638,88)	38.371.566,44
(Diminuição) ou Aumento em Relações Interdependentes	4,52	45,67
(Diminuição) ou Aumento em Outras Obrigações	(234.993,22)	(204.177,99)
3 - Caixa Proveniente das Operações (1+2)	42.387.205,86	32.336.377,14
4 - Tributação do Resultado Antes da Destinação das Reservas	(157.254,79)	(73.770,02)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(157.254,79)	(73.770,02)
5 - Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais (3+4)	42.229.951,07	32.262.607,12
6 - Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	2.136.892,36	(4.574.437,28)
Investimentos	(387.211,43)	(2.903.641,60)
Ativo Imobilizado / Diferido	(1.566.126,60)	(5.141.392,64)
Integralização de Capital	4.276.354,60	4.052.168,08
Devolução de Capital	(981.825,96)	(581.571,12)
Reversão do Fates	795.701,75	0,00
7 - Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	5.383.472,33	(28.563.763,09)
(Diminuição) ou Aumento em Obrigações Por Empréstimos	5.383.472,33	4.151.648,46
(Diminuição) ou Aumento em Obrigações por Repasses no País	0,00	(32.715.411,55)
8 - Variação no Caixa (5+6+7)	49.750.315,76	(875.593,25)



NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DO NORTE CATARINENSE E SUL PARANAENSE SICOOB CREDINORTE - SICOOB CREDINORTE**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 19 de julho de 1988, filiada à **CCC DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL – SICOOB CENTRAL SC/RS** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB CREDINORTE** possui **9** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **MAFRA - SC, ITAIÓPOLIS - SC, RIO NEGRO - PR, CAMPO ALEGRE - SC, SÃO BENTO DO SUL - SC, RIO NEGRINHO - SC, JARAGUÁ DO SUL - SC, PIÊN - PR**

O **SICOOB CREDINORTE** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

Em 19 de fevereiro de 2016 ocorreu a transformação do **SICOOB CREDINORTE** para entidade de "Livre Admissão de Associados"; aprovada junto ao Banco Central do Brasil - BACEN conforme Ofício 5100/2016-BCB/Deorf/GTPAL em 29 de março de 2016.

1. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para passivos contingentes, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.



Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos Contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009 e CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis – Resolução CMN nº 1.376/2011.

2. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para passivos contingentes, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Caixa e Depósitos Bancários	2.057.255,64	2.188.766,71
Títulos e Valores Mobiliários - Certificado de Depósito Bancário	50.252.347,01	54.719.007,07
Relações Interfinanceiras - Correspondente no País	31.340,75	22.663,21
Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira	56.582.582,69	7.615.292,30
Total	108.923.526,09	64.545.729,29

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas



a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL SC/RS** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*"), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

j) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

k) Provisões



São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

l) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

m) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

n) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

o) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

3. Títulos e Valores Mobiliários

Em **30 de Junho de 2017 e 2016**, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Certificado de Depósito Bancário	68.451.601,88	95.691.937,46
Títulos dado em Garantia - Outros	5.372.518,86	0,00
TOTAL	73.824.120,74	95.691.937,46

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, no **SICOOB CENTRAL SC/RS**, com remuneração de, aproximadamente 101% do CDI.

4. Relações Interfinanceiras

Em **2017 e 2016**, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Correspondentes No País	31.340,75	22.663,21
Centralização Financeira - Cooperativas	56.582.582,69	7.615.292,20
TOTAL	56.613.923,44	7.637.955,41



Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB CENTRAL SC/RS** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15.

5. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	30/06/2017			30/06/2016
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	382.279,01	0	382.279,01	285.978,10
Empréstimos	48.294.025,84	34.900.050,54	83.194.076,38	75.100.612,04
Títulos Descontados	12.695.480,98	0	12.695.480,98	11.109.896,22
Financiamentos	11.302.952,02	11.523.695,15	22.826.647,17	23.906.978,17
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	35.149.267,45	7.842.091,24	42.991.358,69	46.743.718,80
Outros Créditos - Avals e Fianças Honrados	58.220,67	0,00	58.220,67	0,00
Sub Total	107.882.225,97	54.265.836,93	162.148.062,90	157.147.183,33
(-) Provisões para Operações de Crédito	(5.119.612,22)	(3.805.141,20)	(8.924.753,42)	(6.160.085,53)
TOTAL	102.704.393,08	50.460.695,73	153.223.309,48	150.987.097,80

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 30/06/2017	Provisões 30/06/2017	Total em 30/06/2016	Provisões 30/06/2016
AA - Normal	10.388.693,80	16.939,37	509.247,43	0,00	10.914.880,60		10.999.680,98	
A 0,5% Normal	46.181.670,87	698.524,64	18.425.221,91	27.209.547,96	92.514.965,38	462.575,61	97.665.154,04	488.325,77
B 1% Normal	19.981.330,33	2.711.792,88	2.322.662,21	14.639.157,67	39.654.943,09	396.549,43	31.778.848,77	317.788,49
B 1% Vencidas	259.752,86	11.619,11	117.531,02	0,00	388.902,99	3.889,03	1.633.039,76	16.330,40
C 3% Normal	1.576.714,58	69.635,66	266.293,17	356.464,30	2.269.107,71	68.073,23	2.115.824,31	63.474,73
C 3% Vencidas	2.911.142,76	12.109,13	304.416,74	205.611,90	3.433.280,53	102.998,42	4.040.200,23	121.206,01
D 10% Normal	712.753,34	67.129,91	9.451,14	72.756,40	862.090,79	86.209,08	560.479,61	56.047,96
D 10% Vencidas	898.180,15	6.574,10	381.028,73	148.946,03	1.434.729,01	143.472,90	1.397.846,15	139.784,62
E 30% Normal	810.970,36	23.161,46	7.476,97	21.338,19	862.946,98	258.884,09	696.327,46	208.898,24
E 30% Vencidas	1.481.441,11	4.050,08	316.042,49	89.220,23	1.890.753,91	567.226,17	1.250.049,61	375.014,88
F 50% Normal	282.199,28	15.500,00	0,00	0,00	297.699,28	148.849,64	50.205,67	25.102,84
F 50% Vencidas	663.010,01	3.357,55	64.228,30	0,00	730.595,86	365.297,93	834.027,56	417.013,78
G 70% Normal	283.720,15	25.150,70	0,00	105.479,48	414.350,33	290.045,23	460.793,40	322.555,38
G 70% Vencidas	1.473.812,78	9.174,39	0,00	10.792,09	1.493.779,26	1.045.645,48	883.862,02	618.703,41
H 100% Normal	1.569.019,84	98.411,12	683,94	0,00	1.668.114,90	1.668.114,90	1.123.718,49	1.123.718,49
H 100% Vencidas	2.997.245,22	85.269,50	102.363,12	132.044,44	3.316.922,28	3.316.922,28	1.935.491,46	1.935.491,46
Total Normal	81.787.072,55	3.726.245,74	21.541.036,77	42.404.744,00	149.459.099,06	3.379.300,43	145.451.032,73	2.605.911,90
Total Vencidos	10.684.584,89	132.153,86	1.285.610,40	586.614,69	12.688.963,84	5.545.452,21	11.974.516,79	3.623.544,56
Total Geral	92.471.657,44	3.858.399,60	22.826.647,17	42.991.358,69	162.148.062,90	8.924.753,42	157.147.183,33	6.229.456,46
Provisões	7.685.914,45	265.849,91	404.914,37	568.073,91	8.924.753,42		6.229.456,46	
Total Líquido	84.785.742,99	3.592.549,69	22.421.732,80	42.423.284,78	153.223.309,48		151.196.093,06	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	17.496.273,04	31.238.252,48	34.900.050,54	83.634.576,06
Títulos Descontados	11.457.118,68	1.238.362,30	0	12.695.480,98
Financiamentos	2.653.066,65	8.649.885,37	11.523.695,15	22.826.647,17
Financiamentos Rurais	3.123.290,61	32.025.976,84	7.842.091,24	42.991.358,69
TOTAL	34.729.748,98	73.152.476,99	54.265.836,93	162.148.062,90

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:



Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	Crédito Rural	31/12/2016	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	401.922,21	5.196.821,18	1.280.813,60	3.165.011,07	10.044.568,06	6%
Setor Privado - Indústria	516.918,97	3.782.590,25	847.862,80	0,00	5.147.372,02	3%
Setor Privado - Serviços	1.702.594,10	34.554.406,90	8.234.461,90	0,00	44.491.462,90	27%
Pessoa Física	1.233.928,12	56.681.550,47	2.242.462,67	39.826.347,62	99.984.288,88	62%
Outros	3.036,20	2.387.454,83	89.880,01	0,00	2.480.371,04	2%
TOTAL	3.858.399,60	102.602.823,63	12.695.480,98	42.991.358,69	162.148.062,90	100%

e) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Valor das operações transferidas no período	2.113.637,21	1.580.471,28
Valor das operações recuperadas no período	(1.146.561,25)	(833.747,55)
TOTAL	967.075,96	746.723,73

6. Outros Créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	30/06/2017	30/06/2016
Rendas A Receber	728.757,90	185.982,45
Diversos	1.793.618,81	1.502.650,09
(-) Provisões Para Outros Créditos	-246.376,74	-210.484,02
TOTAL	2.275.999,97	1.478.148,52

7. Outros Valores e Bens

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Bens Não de Uso Próprio	621.071,53	139.866,60
Material em Estoque	134.659,44	98.795,37
(Provisões para Desvalorizações)	-22.866,60	-22.866,60
Despesas Antecipadas	204.011,99	109.429,77
TOTAL	936.876,36	325.225,14

Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

Material em estoque está registrado o valor referente a material de expediente e brindes.

Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, e contribuição cooperativista e outros.

8. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB CENTRAL SC/RS** e ações do BANCOOB.

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Participações em cooperativa central de crédito	5.617.413,58	5.459.436,40
Participações inst financ controlada coop crédito	782.934,75	553.700,50
TOTAL	6.400.348,33	6.013.136,90



9. Imobilizado de Uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	30/06/2017	30/06/2016	Taxa Depreciação
Imobilizado em Curso	0,00	7.825.503,77	
Terrenos	898.602,06	898.602,06	
Edificações	8.794.889,40	503.664,37	4%
Instalações	133.651,62	125.351,62	10%
Móveis e equipamentos de Uso	2.022.813,34	1.717.032,90	10%
Sistema de Comunicação	62.742,75	37.402,92	10%
Sistema de Processamento de Dados	2.123.056,92	1.741.413,02	20%
Sistema de Segurança	608.062,23	495.934,07	10%
Sistema de Transporte	791.046,70	523.833,69	20%
(-) Total Depreciação Acumulada	-2.834.247,91	-2.237.538,57	
TOTAL	12.600.617,11	11.631.199,85	

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

10. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de pro rata temporis, já a remunerações pré fixadas são calculadas o prazo final da operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Depósito à Vista	47.204.021,58	34.335.459,23
Depósito Sob Aviso	3.778.388,31	3.699.436,51
Depósito a Prazo	159.005.669,69	147.410.484,19
TOTAL	209.988.079,58	185.445.379,93

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN nº4.284/13. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

11. Obrigações por Emissão Letras Crédito Agronegócio

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de pro rata temporis, já a remunerações pré fixadas são calculadas o prazo final da operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.



Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Obrigações por Emissão LCA – Pós-Fixada	4.121.188,26	0,00
TOTAL	4.121.188,26	0,00

12. Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Vencimento	30/06/2017	30/06/2016
Cooperativa Central	Diversos	10.122.794,61	4.739.322,28
Repasses Interfinanceiros	Diversos	26.939.892,49	40.532.463,26
TOTAL		37.062.687,10	45.271.785,54

As obrigações são atualizadas com variações de juros entre 0,08% a.m mais a TR até 11,25% a.a.

13. Outras Obrigações

13.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Resultado De Atos Com Associados	312.559,45	239.651,16
Resultado De Atos Com Não Associados	605.830,80	614.844,50
Cotas De Capital A Pagar	194.831,19	54.868,07
TOTAL	1.113.221,44	909.363,73

O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/06, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – Fates é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71.

Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

13.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Impostos E Contribuições Sobre Lucros A Pagar	157.254,79	18.047,61
Impostos e contribuições a recolher	349.636,57	280.702,05
TOTAL	506.891,36	298.749,66



13.3 Diversas

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Cheques Administrativos	0,00	450.000,00
Obrigações Por Aquisição De Bens E Direitos	10.498,69	0,00
Obrigações Por Prestação De Serviços De Pagamento	140.848,67	58.554,12
Provisão Para Pagamentos A Efetuar	1.649.003,57	1.360.275,38
Provisão Para Passivos Contingentes	1.004.409,78	981.383,23
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas	44.782,97	0,00
Credores Diversos - País	502.747,52	346.273,45
TOTAL	3.352.291,20	3.196.486,18

14. Passivos Contingentes

As ações judiciais e administrativas fiscais são classificadas pelos advogados externos como: prováveis e possíveis, e o parecer jurídico leva em conta a natureza da causa, sua especificidade e também a jurisprudência dos tribunais superiores.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de provisão das causas judiciais passíveis obedecem a Resolução CMN nº. 3.823/09, conforme resumimos a seguir:

"A provisão é reconhecida somente quando: (a) A entidade tem uma obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de evento passado, (b) Seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (c) Possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida."

Com base nessas premissas, quando exista na data do balanço uma obrigação de "Provável Perda", o Sicoob reconhece a provisão e, quando não for de "Provável Perda", a instituição divulga a contingência passiva, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Na avaliação da possibilidade de perda para os processos em 30/06/2017, utilizamos a seguinte classificação conforme tabela a seguir:

Natureza	Probabilidade de Perda	Valor Estimado de Perda Conforme posição Jurídico	Valor Provisionado em 30/06/2017
PIS e COFINS existentes até dez/2004 consta depósito judicial específico	Possível	1.004.409,78	1.004.409,78
Total		1.004.409,78	1.004.409,78

PIS e COFINS - Quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Consequentemente, registrou as correspondentes obrigações, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Depósitos em Garantia.

15. Instrumentos financeiros

O **SICOOB CREDINORTE** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos a vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.



16. Coobrigações e riscos em garantias prestadas

Em **30 de Junho de 2017**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de **R\$ 6.085.392,63**, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais.

17. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

Em 30 de junho de 2017, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de **R\$ 6.732.682,65** (Seis milhões setecentos e trinta e dois mil, seiscentos e oitenta e dois reais e sessenta e cinco centavos).

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Capital Social	37.128.063,90	30.395.381,25
Associados	24.365	22.114

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 20%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Fundo de Estabilidade Financeira – F.E.F

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 20%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

d) Sobras do Primeiro Semestre

As sobras do primeiro semestre de 2017 no valor de **R\$ 5.320.012,79** permanecem na conta “Sobras ou Perdas do 1º Semestre” de forma acumulada até 31/12/2017, quando deverão sofrer as devidas reduções e destinações estatutárias.

18. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Rendas De Adiantamentos A Depositantes	131.634,32	126.547,88
Rendas De Empréstimos	11.479.853,09	9.420.348,50
Rendas de Títulos Descontados	1.639.095,40	1.476.849,29
Rendas De Financiamentos	3.243.883,86	3.178.546,90
Rendas Financiamentos Rurais - Aplicações Livres	620.245,56	568.216,37
Rendas Financ Rurais - Aplic Repassadas E Refinanc	2.079.289,20	1.663.498,10
Rendas De Aplicações Interfinanceiras De Liquidez	0,00	1.384,20
Rendas C/ Tít.Valores Mobil.E Instrumentos Financ.	3.544.875,56	4.290.399,72
Rendas De Prestação De Serviços	3.413.580,31	2.846.980,00
Outras Receitas Operacionais	2.853.145,10	1.434.645,36
TOTAL	29.005.602,40	25.007.416,32



19. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Despesas De Captação	(7.835.901,70)	(7.910.973,44)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(2.066.462,38)	(1.698.763,06)
Despesas Administrativas	(9.956.237,48)	(7.994.229,20)
Aprovisionamentos E Ajustes Patrimoniais	(3.120.797,89)	(2.384.658,38)
Outras Despesas Operacionais	(628.322,60)	(1.023.376,05)
TOTAL	(23.607.722,05)	(21.012.000,13)

20. Resultado não operacional

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Lucro Em Transações Com Valores De Bens	77.470,23	260,84
Outras Receitas Não Operacionais	5.989,00	3.447,93
Prejuízos Em Transações Com Valores E Bens	0,00	(94.657,80)
Outras Despesas Não Operacionais	(4.072,00)	(10.154,29)
Resultado Líquido	79.387,23	(101.103,32)

21. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e dos membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e se caracterizam basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantidas oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Em 30/06/2017 possui o saldo das seguintes transações com partes relacionadas:

Descrição	30/06/2017						
	Operações de Crédito	%	Depósitos	%	Capital Social	%	Pró-Labore
Conselho de Administração	122.168,40	0,08%	1.581.553,50	0,75%	155.555,31	0,42%	358.479,18
Gerentes	60.348,45	0,04%	240.172,41	0,12%	25.319,19	0,07%	181.275,18
TOTAL	182.516,85	0,12%	1.821.725,91	0,87%	180.874,50	0,49%	539.754,36

22. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DO NORTE CATARINENSE E SUL PARANAENSE SICOOB CREDINORTE - SICOOB CREDINORTE, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CCC DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL - SICOOB CENTRAL SC/RS,



que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL SC/RS, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL SC/RS a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB CREDINORTE responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL SC/RS perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever proporcionalmente à sua participação nessas operações.

23. Gerenciamento de Risco

23.1 Risco operacional

As diretrizes e responsabilidades aplicáveis ao gerenciamento do risco operacional das entidades do Sicoob encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional, aprovada no âmbito dos respectivos órgãos de administração (Conselho de Administração ou, na inexistência desse, Diretoria) das entidades do Sicoob, é revisada, no mínimo, anualmente por proposta da área responsável pelo gerenciamento do risco operacional do Sicoob Confederação, em decorrência de fatos relevantes e por sugestões encaminhadas pelas cooperativas do Sicoob.

O gerenciamento de risco operacional do Sicoob é realizado de forma centralizada pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), o qual consiste em:

- a) A avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.
- b) As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.
- c) Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.
- d) A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).
- e) Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/06, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.



23.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do **SICOOB CREDINORTE** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceitua o artigo 11 da Resolução CMN 3.721/2009, o **SICOOB CREDINORTE** aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada no BANCOOB, que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio eletrônico www.sicoob.com.br.

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência do modelo de mensuração de risco (*backtesting*).

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado e de liquidez, o **SICOOB CREDINORTE** possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.

23.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito do **SICOOB CREDINORTE** objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 10 da Resolução CMN 3.721/2009, o **SICOOB CREDINORTE** aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do SICOOB, centralizada no BANCOOB, a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio eletrônico www.sicoob.com.br.

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o SICOOB, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o **SICOOB CREDINORTE** possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

23.4 Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital do **SICOOB CREDINORTE** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, **SICOOB CREDINORTE** aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do SICOOB, centralizada no SICOOB



CONFEDERAÇÃO, a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio eletrônico www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do SICOOB com objetivo de:

- (a) Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do SICOOB estão sujeitas;
- (b) Planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do SICOOB; e
- (c) Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do SICOOB.

Mafra/SC, 30 de Junho de 2017

Valcir José Pscheidt
Presidente
CPF: 629.438.129-00

Michele Maria Ranck
Contadora
CRC/SC035758/O-0